

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com 489 franquias no Brasil e 5 no exterior; 48 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal “web commerce” destinado à vendas de produtos da marca Schutz, Arezzo e Anacapri.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Campinas, Itupeva, São Roque, Cajamar, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasília, Alexania, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Gramado, Belo Horizonte e Curitiba.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ARZZ International Inc. (“ARZZ Inc.”)

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com as IFRS.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 29 de fevereiro de 2016.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	Pais-sede	Participação total - %			
		2015		2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00	-	100,00	-
ARZZ LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Vida útil média estimada</u>
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2015 e 2014 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	1,50%
<i>State Sales Tax (Estados Unidos)</i>	0% a 8,875%

(*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP na alíquota de 1% no exercício de 2014 e até novembro de 2015. A partir de dezembro de 2015, conforme alterado pela Lei 13.161/2015, em vigor a partir de 1º.12.2015, a alíquota passou a ser de 1,5%. No exercício de 2014 e até novembro de 2015, também o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Lei 12.546. Como a Lei nº 13.161/2015 tornou opcional o ingresso da empresa no sistema de desoneração da folha de pagamento e majorou as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Administração da Companhia optou pela não continuidade da desoneração nas empresas de varejo.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

- **2. Políticas contábeis--Continuação**

2.14. Tributação--ContinuaçãoImpostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

As aplicações financeiras foram designadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia não tem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e não tem passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por cinco marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri e Fiever), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e web commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

b) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia no decorrer do exercício de 2015, realizou uma primeira avaliação sobre os possíveis impactos quanto aos aspectos de classificação e mensuração da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro. Em geral, A Companhia não espera um impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido. A Companhia realizará ainda uma avaliação detalhada no futuro para determinar a extensão dos possíveis efeitos destes dois aspectos, bem como o da aplicação das exigências de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”) da IFRS 9.

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

b) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--Continuação

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação

As alterações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esclarecem, em vez de mudar significativamente, as exigências existentes da IAS 1. As alterações esclarecem:

- As exigências de materialidade nas IAS 1.
- Que itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados.
- Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras.
- Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada utilizando o método patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre aqueles itens que serão ou não posteriormente reclassificados para resultado.

Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Essas alterações estão vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e bancos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	136	15	646	544
Bancos	4.412	6.095	8.176	10.287
	4.548	6.110	8.822	10.831

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Renda fixa (a)	31.417	26.781	40.313	26.781
Fundo de Investimento Exclusivo				
CDB	11.584	15.441	11.584	15.441
Operações Compromissadas	23.704	51.911	23.704	51.911
Letras Financeiras (CEF)	85.746	-	85.746	-
Letras Financeiras do Tesouro	55.593	95.421	55.593	95.421
	208.044	189.554	216.940	189.554
Não circulante				
Fundo de capitalização	-	-	919	29
Total das aplicações financeiras	208.044	189.554	217.859	189.583

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 101,2% do CDI. Os ativos são compostos em 25% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 61,7% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas - clientes nacionais	180.275	190.616	183.221	192.231
Duplicatas - clientes estrangeiros	39.402	24.663	53.681	34.258
Duplicatas - partes relacionadas (Nota 12.a)	28.800	24.233	-	-
Cheques	16	-	266	119
Cartões de crédito	-	-	59.864	51.716
	248.493	239.512	297.032	278.324
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.241)	(365)	(2.287)	(411)
	246.252	239.147	294.745	277.913
Circulante	232.035	239.147	280.528	277.913
Não Circulante	14.217	-	14.217	-

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas - clientes nacionais”.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(365)	(252)	(411)	(288)
Adições	(2.034)	(365)	(2.034)	(515)
Realizações	158	252	158	392
Saldo no final do exercício	(2.241)	(365)	(2.287)	(411)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	224.313	227.946	271.960	266.758
Vencido até 30 dias	16.025	3.245	16.416	3.245
Vencido de 31 a 60 dias	3.819	1.061	3.866	1.061
Vencido de 61 a 90 dias	2.856	625	2.856	625
Vencido de 91 a 180 dias	1.409	3.548	1.431	3.548
Vencido de 181 a 360 dias	71	2.751	99	2.751
Vencido há mais de 360 dias	-	336	404	336
	248.493	239.512	297.032	278.324

O cenário econômico atual vem apresentando dificuldades financeiras para alguns clientes. Dado este contexto e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 o montante das negociações reclassificado para o contas a receber não circulante totaliza R\$14.217. Também, houve uma baixa líquida de R\$499 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Do total do contas a receber classificado no não circulante 63% será recebido em 2017.

A Companhia efetuou uma avaliação da recuperabilidade das contas a receber que apresentavam maior risco de recuperação baseada, principalmente, nos critérios de avaliação de crédito interno e garantias atreladas em cada contrato. O valor excedente destes contratos foi provisionado no resultado, como despesas comerciais.

Do total das contas a receber em dezembro de 2015, R\$97 (R\$97 em 31 de dezembro de 2014) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matéria prima	5.672	6.407	12.359	13.161
Produtos em elaboração	-	-	9.831	9.739
Produtos acabados	33.422	27.865	87.163	70.867
Adiantamentos a fornecedores	1.793	4.273	2.071	5.903
(-) Provisão para perdas	(3.584)	(1.539)	(4.473)	(1.539)
	37.303	37.006	106.951	98.131

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(1.539)	(799)	(1.539)	(799)
Adições	(2.529)	(1.054)	(3.418)	(1.054)
Recuperações/ realizações	484	314	484	314
Saldo no final do exercício	(3.584)	(1.539)	(4.473)	(1.539)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar	7.013	11.165	8.301	11.985
Antecipação de IRPJ	4.787	6.061	5.610	6.867
Antecipação de CSLL	1.562	1.986	1.942	2.357
Outros	440	1.561	5.369	6.533
	13.802	20.773	21.222	27.742

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos ao fundo de propaganda	10.002	4.268	10.002	4.268
Créditos junto a franqueados	2.453	2.457	2.453	3.903
Adiantamentos a fornecedores	2.222	975	4.444	2.525
Adiantamentos a empregados	701	332	1.172	850
Adiantamentos de viagens	289	846	334	848
Despesas antecipadas	2.688	55	3.775	201
Outros créditos a realizar	504	-	2.941	2.808
	18.859	8.933	25.121	15.403
Circulante	17.478	8.613	23.740	14.482
Não circulante	1.381	320	1.381	921

Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo", "Rede de Franquias Schutz" e "Rede de Franquias Anacapri"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo", "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Sobre diferenças temporárias	3.231	2.429	3.551	2.382
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	2.734	1.742
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	3.231	2.429	6.285	4.124

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de abertura	2.429	4.800	4.124	5.514
Imposto diferido reconhecido no resultado	802	(2.371)	2.161	(1.390)
Saldo final	3.231	2.429	6.285	4.124

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015
2015	2.653	3.669
2016	289	1.308
2017	289	1.308
Total	3.231	6.285

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	160.982	159.697	164.557	161.487
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(54.734)	(54.297)	(55.949)	(54.906)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(3.351)	(3.217)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	4.412	4.819	4.412	4.819
Equivalência patrimonial	(2.288)	(2.182)	-	-
Juros sobre capital próprio	11.394	8.291	11.394	8.291
Despesa com plano de opções de ações	(1.615)	(1.513)	(1.615)	(1.513)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rounet, outros)	707	375	707	375
Perdas indedutíveis em estoques	-	(915)	-	(915)
Outras diferenças permanentes	805	(1.523)	(492)	(1.669)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(41.319)	(46.945)	(44.894)	(48.735)
Corrente	(42.121)	(44.574)	(47.055)	(47.345)
Diferido	802	(2.371)	2.161	(1.390)
Total	(41.319)	(46.945)	(44.894)	(48.735)
Taxa efetiva - %	25,67%	29,40%	27,28%	30,18%

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Salos e transações com empresas controladas e controladores

		31/12/2015					
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
		Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas Compras
Controladora							
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	-	12.940	-	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	28.442	1.055	-	-	27.195	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	28.797	-	-	357	-	146.806	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	3	-	-	4.091	-	1.289	108.008
Total Controladora	28.800	41.382	1.055	4.448	-	175.290	108.008
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.393	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	1.393	-	-

		31/12/2014					
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
		Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas Compras
Controladora							
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	-	10.379	-	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	12.191	-	-	-	16.493	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	23.418	-	-	433	-	126.401	13
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	815	-	5.916	-	-	374	94.704
Total Controladora	24.233	22.570	5.916	433	-	143.268	94.717
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	950	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	950	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 69 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 13 dias.

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 5.613 (R\$ 4.329 em 31 de dezembro de 2014), como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	4.897	3.370
Remuneração variável bônus	716	959
Total da remuneração	5.613	4.329

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 32). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R\$1.133 (R\$949 em 31 de dezembro de 2014), e está sendo apresentada como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,7% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R\$278 e R\$624 (R\$417 e R\$592 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente.

No exercício de 2013, a Companhia contratou serviços de consultoria empresarial do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A., onde o Sr. Wellerson Cavaleiri, membro do Conselho de Administração da Companhia, participa como sócio. Esta empresa recebeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R\$630 (R\$2.904 em 31 de dezembro de 2014).

13. Investimentos

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	% Partic.	Investimento/Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
								31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	186.209	53.659	132.550	93.614	237.896	6.350	99,99	132.550	126.678	6.350	5.353
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	44.451	13.256	31.195	27.592	84.237	(3.222)	99,99	31.195	6.939	(3.222)	(2.034)
Investimentos								163.745	133.617	3.128	3.319
ARZZ International INC.	39.833	64.320	(24.487)	24.270	58.793	(9.856)	100,00	(24.487)	(9.129)	(9.856)	(9.736)
Provisão para perdas com investimentos								(24.487)	(9.129)	(9.856)	(9.736)
								139.258	124.488	(6.728)	(6.417)

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	124.488	125.184
Integralização de capital	27.000	5.721
Ajustes de conversão do período ("CTA")	(5.502)	-
Equivalência patrimonial	(6.728)	(6.417)
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	139.258	124.488

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

No exercício de 2014, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$ 6.589 mil para US\$ 9.139 mil, portanto um aumento de US\$ 2.550 mil, equivalentes a R\$ 5.721 integralizados em moeda no próprio exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda. teve seu capital social aumentado de R\$ 27.000 integralizados em moeda no próprio exercício.

14. Imobilizado

Controladora	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	11.200	(6.184)	5.016	9.619	(4.662)	4.957
Móveis e utensílios	7.484	(3.192)	4.292	7.019	(2.554)	4.465
Máquinas e equipamentos	6.596	(2.632)	3.964	5.963	(2.000)	3.963
Instalações e showroom	15.130	(5.010)	10.120	14.320	(3.589)	10.731
Veículos	242	(107)	135	236	(67)	169
Terrenos	578	-	578	101	-	101
Total	41.230	(17.125)	24.105	37.258	(12.872)	24.386

Consolidado	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	13.609	(7.605)	6.004	11.552	(5.690)	5.862
Móveis e utensílios	21.185	(7.511)	13.674	19.045	(5.479)	13.566
Máquinas e equipamentos	16.402	(6.903)	9.499	14.459	(5.381)	9.078
Instalações e showroom	62.842	(19.139)	43.703	61.371	(14.380)	46.991
Veículos	255	(120)	135	249	(80)	169
Terrenos	578	-	578	101	-	101
Total	114.871	(41.278)	73.593	106.777	(31.010)	75.767

14. Imobilizado--Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Saldos em 31/12/2013	2.375	4.401	3.586	9.752	133	1.501	21.748
Aquisições	3.568	622	798	2.160	52	-	7.200
Depreciação	(984)	(558)	(410)	(1.181)	(16)	-	(3.149)
Baixas	(2)	-	(11)	-	-	(1.400)	(1.413)
Saldos em 31/12/2014	4.957	4.465	3.963	10.731	169	101	24.386
Aquisições	1.581	465	633	810	27	477	3.993
Depreciação	(1.522)	(638)	(632)	(1.421)	(61)	-	(4.274)
Saldos em 31/12/2015	5.016	4.292	3.964	10.120	135	578	24.105

Taxa média de depreciação

20%	10%	10%	10%	20%	-
-----	-----	-----	-----	-----	---

Consolidado	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Saldos em 31/12/2013	3.360	11.840	7.750	43.959	133	1.501	68.543
Aquisições	3.860	4.105	2.458	10.608	52	-	21.083
Depreciação	(1.339)	(1.778)	(1.091)	(5.460)	(16)	-	(9.684)
Baixas	(19)	(601)	(39)	(2.116)	-	(1.400)	(4.175)
Saldos em 31/12/2014	5.862	13.566	9.078	46.991	169	101	75.767
Aquisições	2.028	2.159	1.972	2.709	27	477	9.372
Depreciação	(1.939)	(2.143)	(1.539)	(5.722)	(61)	-	(11.404)
Baixas	(18)	(245)	(12)	(2.111)	-	-	(2.386)
Variação cambial	71	337	-	1.836	-	-	2.244
Saldos em 31/12/2015	6.004	13.674	9.499	43.703	135	578	73.593

Taxa média de depreciação

20%	10%	10%	10%	20%	-
-----	-----	-----	-----	-----	---

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2015.

15. Intangível

Controladora	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	3.330	-	3.330	2.812	-	2.812
Direito de uso de lojas	1.078	-	1.078	1.078	-	1.078
Direito de uso de sistemas	75.760	(25.652)	50.108	60.120	(12.989)	47.131
Total	80.168	(25.652)	54.516	64.010	(12.989)	51.021

Consolidado	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	3.459	-	3.459	2.928	-	2.928
Direito de uso de lojas	36.679	-	36.679	39.598	-	39.598
Direito de uso de sistemas	76.816	(26.225)	50.591	61.017	(13.467)	47.550
Total	116.954	(26.225)	90.729	103.543	(13.467)	90.076

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2013	2.655	1.078	22.497	26.230
Aquisições	294	2	28.091	28.387
Amortização	-	-	(3.457)	(3.457)
Baixas	(137)	(2)	-	(139)
Saldos em 31/12/2014	2.812	1.078	47.131	51.021
Aquisições	518	-	15.640	16.158
Amortização	-	-	(12.663)	(12.663)
Saldos em 31/12/2015	3.330	1.078	50.108	54.516

Vida útil média estimada Indeterminada Indeterminada 5 anos

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2013	2.778	41.495	22.841	67.114
Aquisições	298	892	28.258	29.448
Amortização	-	-	(3.546)	(3.546)
Baixas	(148)	(2.789)	(3)	(2.940)
Saldos em 31/12/2014	2.928	39.598	47.550	90.076
Aquisições	517	117	15.769	16.403
Amortização	-	-	(12.804)	(12.804)
Baixas	-	(3.036)	(1)	(3.037)
Variação cambial	14	-	77	91
Saldos em 31/12/2015	3.459	36.679	50.591	90.729

Vida útil média estimada Indeterminada Indeterminada 5 anos

15. Intangível--Continuação

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os principais investimentos realizados em “direito de uso de sistemas” estão relacionados ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão da Companhia e à nova plataforma para as lojas e-commerce. O software de gestão selecionado pela Companhia foi o SAP que entrou em operação no primeiro semestre de 2015, com investimento adicional em 2015 de R\$5.574. A plataforma e-commerce selecionada pela Companhia foi a Hybris, com investimento adicional em 2015 de R\$5.823

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$16.220 na Controladora e no Consolidado (R\$17.716 em 31 de dezembro de 2014) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

15. Intangível--Continuação

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi 4%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 14% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas - As receitas foram projetadas entre 2016 e 2020 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	-	-	19.654	13.331
Banco do Brasil (FINAME)	-	12	1.005	1.055
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	56.065	29.493	56.065	29.493
FINEP	46.429	41.205	46.429	41.205
BNDES Progeren	-	-	-	14.323
Outros	-	-	-	3
	102.494	70.710	123.153	99.410
Circulante	65.521	37.266	85.336	65.081
Não circulante	36.973	33.444	37.817	34.329

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano.
- (ii) Finame: 6% ao ano.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros + Spread do Banco, média em 31 de dezembro de 2015 de 1,69% ao ano.
- (iv) FINEP: Taxa de 4% e 5,25% ao ano, limitado à TJLP.
- (v) Capital de Giro BNDES Progeren, taxa de TJLP + 2,5% ao ano.

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em setembro de 2016;
- FINAME: parcelas mensais com vencimento final em outubro de 2024;
- ACC: diversos contratos com vencimento final até setembro de 2016; e
- FINEP: vencimentos em 2014 até setembro de 2021.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	10.522	10.743
2018	8.908	9.063
Após 2018	17.543	18.011
Total	36.973	37.817

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não existiam operações desta natureza contratadas pelos lojistas e, consequentemente, a Companhia não figurava como garantidora de nenhuma operação desta natureza.

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$3.855 (R\$3.693 em 31 de dezembro de 2014).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. Fornecedores

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	50.953	63.891	64.868	70.271
Partes relacionadas (Nota 12.a)	4.448	433	-	-
Fornecedores estrangeiros	13	44	13	44
	55.414	64.368	64.881	70.315

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	33	5.810	1.830	7.398
Provisão para férias e encargos	6.282	5.706	11.046	9.707
	6.315	11.516	12.876	17.105

19. Obrigações fiscais e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS sobre vendas	-	-	5.826	5.357
Imposto de renda retido na fonte	3.641	1.053	4.273	1.333
Encargos sociais a recolher	2.049	1.905	3.887	3.337
PIS e COFINS	150	1.037	2.661	2.853
IRPJ e CSLL	-	-	1.950	298
Outros impostos e encargos	1.446	1.440	1.688	1.713
	7.286	5.435	20.285	14.891

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cível	240	484	240	507
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Trabalhista	2.311	2.346	3.310	2.766
	4.226	4.505	5.594	5.317

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2013	502	1.185	2.162	3.849
Adições/atualizações	540	1.217	875	2.632
Reversões/pagamentos	(558)	(727)	(691)	(1.976)
Saldos em 31/12/2014	484	1.675	2.346	4.505
Adições/atualizações	3	-	318	321
Reversões/pagamentos	(247)	-	(353)	(600)
Saldos em 31/12/2015	240	1.675	2.311	4.226

Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2013	524	1.554	2.765	4.843
Adições/atualizações	541	1.217	2.389	4.147
Reversões/pagamentos	(558)	(727)	(2.388)	(3.673)
Saldos em 31/12/2014	507	2.044	2.766	5.317
Adições/atualizações	32	-	1.216	1.248
Reversões/pagamentos	(299)	-	(672)	(971)
Saldos em 31/12/2015	240	2.044	3.310	5.594

Em março de 2014, a Companhia provisionou o montante de R\$ 1.217 relativo a auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 31 de maio de 2013, referente ao não recolhimento do IRPJ, CSLL e Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) sobre operações de mútuo, relativa aos períodos de junho/2008 a dezembro/2009. Em 01 de agosto de 2014, parte desta provisão no montante de R\$ 727, referente ao Imposto sobre Operações de Crédito, foi revertida em função da adesão ao parcelamento federal determinado pela Lei 12.973 de 2014. A Companhia efetuou o pagamento do montante consolidado do parcelamento, no valor de R\$ 423 à vista em 22 de agosto de 2014. O processo referente ao IRPJ e CSLL encontra-se atualmente na esfera administrativa.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$51.864 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 21.2. Até 2014, quando foi totalmente amortizado para fins fiscais, o ágio incorporado era apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, representando o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa, e em dezembro de 2015 foi definido o relator do processo. Quando ocorrer o julgamento pela Câmara Inferior do CARF, caberá às partes recurso à Câmara Superior, qualquer que seja a decisão. A Companhia, em conjunto com seus advogados, concluiu que a expectativa de perda é considerada “possível”, no montante estimado de R\$8.065.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS no montante atualizado de R\$5.244. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada “possível”.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$6.054 na Controladora (R\$ 5.242 em 31 de dezembro de 2014) e R\$8.620 no Consolidado (R\$ 6.939 em 31 de dezembro de 2014).

21. Capital social e reservas

21.1. Capital social

Em 31 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$62.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 28 de julho de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$900 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante total de 45 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais em sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de compra de ações.

Em 30 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$40.111, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 03 de agosto de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$1.050 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante total de 53 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de compra de ações.

	Ações em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2013	88.637	157.186
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	62.000
Emissão de ações com plano de opção de ações	45	900
Saldo em 31 de dezembro de 2014	88.682	220.086
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	40.111
Emissão de ações com plano de opção de ações	53	1.050
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.735	261.247

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 08 de novembro de 2007, a Companhia emitiu 3.203.808 novas ações ordinárias nominativas em favor da BRICS, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$50.000. Deste montante, R\$ 25.000 foram integralizados no ato pela BRICS dos quais R\$2.500 foram destinados ao aumento de capital e R\$22.500 destinados à formação de reserva de capital;
- b) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.
- c) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$12.500, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$1.559.
- d) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$12.500 restantes, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$2.990.
- e) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$182.009, dos quais R\$167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$13.579 (R\$8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital--Continuação

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$13.908, conforme descrito na Nota 32. Desse total, R\$4.749 foram reconhecidos em 2015 (R\$4.451 em 2014, R\$3.933 em 2013 e R\$ 775 em 2012).

21.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$2.683.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2014 é de R\$223.244 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2015.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

21.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o US Dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante é de R\$5.502.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	119.663	112.752
Reserva legal - 5%	(5.983)	(5.638)
Lucro líquido à destinar	113.680	107.114
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	28.420	26.779
Dividendos e juros sobre o capital próprio	33.511	24.386
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	(4.865)	(3.546)
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	9.489	11.072
Dividendos intercalares pagos	18.704	35.348
Dividendos adicionais propostos	56.839	67.260
Total	28.419	40.481
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório		
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,3203	0,4565

Em 02 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$35.348 (R\$0,40 por ação). Em 24 de abril de 2015, a proposta de distribuição de dividendos foi aprovada na Assembleia Geral da Companhia, pagos em 14 de maio de 2015.

Em 03 de agosto de 2015 a Companhia aprovou através de uma Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$9.489 (R\$0,11 por ação), pagos em 27 de agosto de 2015. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 29 de fevereiro de 2016, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$18.704 (R\$0,21 por ação), sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--

Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 17 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou a política de distribuição de proventos para os exercícios sociais de 2014 e 2015. Os valores a serem pagos, a título de juros sobre o capital próprio, seriam de R\$9.750 para cada semestre, e pagos em 30 de junho e 30 de dezembro de cada exercício.

Em 20 de junho de 2014, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R\$12.235 (R\$10.441, líquido dos efeitos de imposto de renda na fonte), sendo deliberados R\$9.750 em Reunião do Conselho de 17 de março de 2014 e R\$2.485 em 20 de junho de 2014, com valor bruto de R\$0,1099 e R\$0,0280 por ação, respectivamente.

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R\$12.151 (R\$10.397, líquido dos efeitos de imposto de renda na fonte), sendo deliberados R\$9.750 em Reunião do Conselho de 17 de março de 2014 e R\$2.401 em 16 de dezembro de 2014, com valor bruto de R\$0,11 e R\$0,03 por ação, respectivamente.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R\$15.553 (R\$13.294, líquido dos efeitos de imposto de renda na fonte), sendo deliberados R\$9.750 em Reunião do Conselho de 17 de março de 2014 e R\$5.803 em 15 de junho de 2015, com valor bruto de R\$0,11 e R\$0,09 por ação, respectivamente.

Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R\$17.958 (R\$15.352, líquido dos efeitos de imposto de renda na fonte), sendo R\$9.750 deliberados em Reunião do Conselho de 17 de março de 2014 e R\$8.208 em 14 de dezembro de 2015, com valor bruto de R\$0,11 e R\$0,07 por ação, respectivamente.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	119.663	112.752
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.704	88.657
Lucro básico por ação - R\$	1,3490	1,2718

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	119.663	112.752
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.704	88.657
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	205	90
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	88.909	88.747
Lucro diluído por ação - R\$	1,3459	1,2705

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.093.826	1.089.467	1.307.096	1.281.800
Mercado externo	90.350	58.101	127.563	76.195
Devolução de vendas	(22.101)	(36.431)	(56.654)	(52.291)
Descontos e abatimentos	(1.212)	(1.289)	(1.212)	(1.289)
Impostos sobre vendas	(194.507)	(191.122)	(256.236)	(251.506)
Receita operacional líquida	966.356	918.726	1.120.557	1.052.909

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e web commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	1.434.659	1.357.995
Arezzo - mercado interno	737.549	766.782
Schutz - mercado interno	467.119	434.063
Anacapri - mercado interno	93.177	71.748
Outros	9.251	9.207
Mercado externo	127.563	76.195

Canal	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	1.434.659	1.357.995
Franquias	638.293	661.349
Multimarca	305.194	299.612
Lojas próprias	291.540	271.534
Web commerce	68.760	43.812
Outros	3.309	5.493
Mercado externo	127.563	76.195

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa, em 31 de dezembro de 2015, 9% (6% em 31 de dezembro de 2014) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(640.634)	(595.536)	(644.658)	(603.610)
Despesas comerciais	(111.617)	(105.618)	(249.242)	(221.352)
Despesas administrativas e gerais	(73.619)	(70.455)	(82.893)	(76.169)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.310)	(1.375)	(2.476)	(3.708)
	(829.180)	(772.984)	(979.269)	(904.839)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(16.937)	(6.606)	(24.208)	(13.230)
Despesas com pessoal	(88.154)	(78.478)	(151.877)	(132.600)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(642.027)	(597.456)	(648.119)	(604.752)
Frete	(19.690)	(17.914)	(24.438)	(20.495)
Despesas com ocupação de lojas	-	-	(31.503)	(32.255)
Outras despesas operacionais	(62.372)	(72.530)	(99.124)	(101.507)
	(829.180)	(772.984)	(979.269)	(904.839)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	8.822	8.822	10.831	10.831
Aplicações financeiras	217.859	217.859	189.583	189.583
Contas a receber de clientes	294.745	294.745	277.913	277.913
Empréstimos e financiamentos	123.153	123.153	99.410	99.410
Fornecedores	64.881	64.881	70.315	70.315

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	-	8.822
Contas a receber de clientes	-	294.745
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	217.859	-
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	-	64.881
Empréstimos e financiamentos	-	123.153

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

a.1) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber	39.402	24.663
Empréstimos e financiamentos	(56.065)	(29.493)
Exposição líquida	(16.663)	(4.830)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável (Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Depreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	39.402	49.253	59.103
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(56.065)	(70.081)	(84.098)
Depreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio			25%	50%
Dólar	R\$	3,90	4,88	5,85
Efeito no lucro antes da tributação			<u>(4.165)</u>	<u>(8.332)</u>

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$3.025 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía novos contratos de instrumento de hedge.

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ganho reconhecido no resultado financeiro	-	(180)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	31/12/2015	%
Juros fixos	57.070	46%
Juros com base na TJLP e Libor	66.083	54%
	123.153	100%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	3.250	4.063	4.875
Financiamentos – Libor	R\$	155	194	233
		3.405	4.257	5.108
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,00%	8,75%	10,50%
Libor		0,79%	0,99%	1,19%

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis vencidos com prazo superior a 30 dias, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	87.279	40.933	223	128.435
Fornecedores	64.881	-	-	64.881

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2015 e 2014.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	5.440	5.341	5.458	5.352
Rendimento de aplicações financeiras	23.823	18.000	23.970	18.710
Outras receitas	135	704	70	1.812
	29.398	24.045	29.498	25.874
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(2.516)	(1.806)	(2.974)	(2.254)
Juros sobre financiamentos	(1.933)	(2.367)	(2.516)	(4.190)
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	(5.927)	(4.998)
Despesas com custas cartoriais	(2.386)	(924)	(2.424)	(924)
Outras despesas	(1.837)	(654)	(2.312)	(2.610)
	(8.672)	(5.751)	(16.153)	(14.976)
Variação cambial, líquida	9.808	2.078	9.924	2.519
Total	30.534	20.372	23.269	13.417

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Plano de opção de ações	(4.749)	(4.451)	(4.749)	(4.451)
Taxa de franquia	1.152	2.603	1.152	2.603
Recuperação de despesas	700	109	713	115
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	21	225	(1.597)	(1.578)
Outras receitas (despesas)	(434)	139	2.005	(397)
	(3.310)	(1.375)	(2.476)	(3.708)

30. Compromissos com arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 31/12/2015 (Consolidado)
Até um ano	16.759
Acima de um ano e até cinco anos	18.968

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$2.422 (R\$ 1.828 em 2014). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$29.064 (R\$21.936 em 31 de dezembro de 2014). O saldo da conta “Aluguéis a pagar” é de R\$875 (R\$3.643 em 31 de dezembro de 2014).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	133.720
	Responsabilidade civil	10.000

32. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

32. Plano de opção de ações--Continuação

1ª Outorga - junho de 2012

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$20,86 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

2ª Outorga - junho de 2013

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$27,61 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

32. Plano de opção de ações--Continuação

3ª Outorga - junho de 2014

Em 12 de junho de 2014, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$18,42 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2014 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

4ª Outorga - junho de 2015

Em 12 de junho de 2015, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento foi assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$19,91 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 20%.

Em julho de 2015 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

Composição, movimentação e valor justo das opções

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações			
	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744	52.741
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572	325.984
Total	263.983	655.450	804.890	704.709

32. Plano de opção de ações--Continuação

Composição, movimentação e valor justo das opções--Continuação

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga
Saldo em 31/12/2013	178.875	631.911	-	-
Opções outorgadas	-	-	804.890	-
Opções exercidas	(23.957)	-	(21.744)	-
Opções baixadas (*)	(36.089)	(125.207)	(31.376)	-
Saldo em 31/12/2014	118.829	506.704	751.770	-
Opções outorgadas	-	-	-	704.709
Opções exercidas	-	-	-	(52.741)
Opções baixadas (*)	(58.023)	(99.198)	(56.686)	(8.040)
Saldo em 31/12/2015	60.806	407.506	695.084	643.928

(*) Opções baixadas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações.

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou o montante de R\$4.749 (R\$4.451 em 31 de dezembro de 2014) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para a outorga de 2013, 2014 e 2015, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015	
Lote	I	II	I	II	I	II	I	II
Quantidade de ações								
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91
Valor justo por opção - (R\$)								
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%
Taxa de juro livre de risco								
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)								
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

33. Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

Em fevereiro de 2013, a Companhia, através de sua Controladora, havia firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, termo de acordado para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS, que se estendeu até 31 de março de 2014.

A Companhia não usufruiu do benefício fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.830 em 31 de dezembro de 2014). Este montante foi registrado no resultado do exercício anterior, reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas, conforme disposto o CPC 07 (IAS 20) - Subvenção e Assistência Governamentais.